

CONTRATO Nº 13/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL E A CONTRATADA ECONÔMICA FEDERAL REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA INTEGRADO AO PLANO DE SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO DISTRITO FEDERAL – DF SEM MISÉRIA/SUPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E BOLSA ALFABETIZAÇÃO.

PROCESSO Nº 380.000.407/2015

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL – SEDHS inscrita no CNPJ sob nº 00.394.734/0001-00 com sede na SEP 515 Bloco A, Lote 01 – Edifício Banco do Brasil - 4º andar, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.570-501 e representada pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Humano e Social, senhor Marcos Ribeiro Coelho, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 021.923, expedida pela SSP/DF e inscrito(a) no CPF/MF nº 409.719.962-53, residente e domiciliado nesta capital, com delegação de competência prevista no Decreto nº 28.101, de 05/07/2007, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 129, de 06/07/2007, pág.4 e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a **CONTRATADA ECONÔMICA FEDERAL**, Instituição Financeira sob a forma de empresa pública de Direito Privado, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data de celebração deste Termo, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3 e 4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por seu Superintendente Regional, Elício Lima, brasileiro, bancário, portador da carteira de identidade nº 15729520, expedida pela SSP/SP em 06/02/1981 e inscrito(a) no CPF/MF nº 044.777.258-92, residente e domiciliado nesta SEPS 702/902, Conjunto B, Bloco A, 4º Andar Ed. General; CEP 70.390-025, Asa Sul, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** ou **CONTRATADA**, sujeitando-se o **CONTRATANTE** e, a **CONTRATADA** às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores celebram o presente contrato de prestação de serviços vinculado ao Acordo de Cooperação 15/2011 firmado entre o **MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME** e o **DISTRITO FEDERAL**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de execução operacional, pela **CONTRATADA**, de geração da folha de pagamentos e o pagamento de benefícios da complementação financeira ao benefício do Programa Bolsa Família no âmbito do DF SEM MISÉRIA e/ou do Programa DF Alfabetizado – Bolsa-Alfa, e disponibilização de informações necessárias ao acompanhamento e avaliação da execução dos respectivos serviços, visando à implementação conjunta de programas de transferência de renda, mediante a prestação dos serviços de operação de logística de pagamento simultâneo aos benefícios do Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato encontra-se em conformidade com o previsto no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, e com a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, assim como pela Lei Distrital nº 4.601, de 14 de julho de 2011, regulamentada pela Lei Distrital nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011, e pelo Decreto Distrital nº 34.308, de 23 de abril de 2013, e do Acordo de Cooperação nº 15/2011, e quaisquer outros dispositivos legais vigentes que possam afetar a operação de ambos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS REGRAS GERAIS

A operacionalização dos serviços contratados, descritos no ANEXO II, dar-se-á conforme detalhamento abaixo:

Parágrafo Primeiro - Os benefícios do programa serão sacados por meio de cartão magnético, que conterá a logomarca do Governo Federal e a logomarca do GDF e do complemento DF SEM MISÉRIA, ficando a CONTRATANTE responsável pelo envio da mesma ao MDS.

Parágrafo Segundo - A folha de pagamento do complemento do DF SEM MISÉRIA e do Programa Bolsa Alfa serão geradas, conforme disposto nos ANEXOS I e V deste documento.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATANTE será responsável pelo envio de arquivos de inclusão/manutenção, conforme definição constante nos ANEXOS I e V deste documento, contendo as informações necessárias ao processamento dos benefícios e pela exatidão das informações encaminhadas.

Parágrafo Quarto - O pagamento de benefícios, objeto deste contrato, deverá obedecer ao Calendário de Pagamentos do Programa Bolsa Família - PBF.

Parágrafo Quinto - Os benefícios do programa pactuado, sempre que possível, são pagos em conjunto com as parcelas do Programa Bolsa Família (autenticação única).

Parágrafo Sexto - O pagamento de parcelas/benefícios a um determinado beneficiário sem utilização do cartão é realizado por meio de Guia Individual de Pagamento no modo *off line*.

Parágrafo Sétimo - O pagamento dos benefícios do pacto, no âmbito do DF Sem Miséria ou Programa Bolsa Alfa, realizado em dia ou momento distinto ao do pagamento do Programa Bolsa Família gera o pagamento desassociado, e serão tarifados nos seguintes casos:

- I - Quando houver repasse de recurso pelo Distrito Federal, para pagamento dos benefícios do programa pactuado fora do prazo estipulado no contrato, tendo em vista que os pagamentos são liberados apenas após o recebimento dos recursos pela CONTRATADA.
- II - Quando houver bloqueio, suspensão ou cancelamento do benefício do PBF que resulte no pagamento do pacto em separado.

Parágrafo Oitavo - As parcelas disponibilizadas para pagamento do complemento no âmbito do DF SEM MISÉRIA ou Programa Bolsa Alfa terão o mesmo prazo de validade das parcelas dos benefícios do PBF.

Parágrafo Nono - O CONTRATANTE deverá repassar os recursos necessários à execução do presente contrato mensalmente, com base no total de benefícios processados e disponibilizados por meio da folha de pagamento, conforme Calendário Operacional, juntamente com as tarifas referentes aos itens tarifários "POR FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO DF SEM MISÉRIA NA FOLHA DE PAGAMENTO" e "POR FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA ALFA NA FOLHA DE PAGAMENTO".

Parágrafo Décimo - Caso não haja o repasse do valor total dos recursos dentro do prazo estipulado, a folha de pagamento dos benefícios pactuados ficará bloqueada até que seja normalizado o fluxo financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DO CONTRATANTE

- a) designar, formalmente, na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, representantes para gerenciar este Contrato;
- b) gerar e encaminhar à CONTRATADA até o prazo estipulado no Calendário Operacional, definido e divulgado pela CONTRATADA, arquivos magnéticos contendo, no âmbito do DF SEM MISÉRIA a relação de novos beneficiários e manutenções necessárias aos benefícios do programa e no caso do Programa Bolsa Alfa a relação dos beneficiários e manutenções necessárias, no leiaute padrão definido pela CONTRATADA;
- c) responsabilizar-se pelo quantitativo de beneficiários que receberão a complementação financeira, de acordo com o previsto no acordo de cooperação;
- d) aplicar os bloqueios, cancelamentos e exclusões relativos ao benefício complementar, se houver;
- e) receber o arquivo retorno gerado pela CONTRATADA referente ao processo citado na alínea "b", providenciando eventuais correções para inclusão na Folha de Pagamento do complemento no âmbito do DF SEM MISÉRIA ou do Programa Bolsa Alfa do mês subsequente;
- f) supervisionar a execução dos serviços prestados, atestando e efetuando o pagamento das faturas e tarifas decorrentes deste Contrato;
- g) transferir os recursos necessários ao pagamento relativo ao complemento financeiro ao benefício do Programa Bolsa Família e das tarifas pelos serviços prestados pela CONTRATADA;
- h) prestar esclarecimentos, por meio de veículo público de divulgação, aos beneficiários quando o pagamento dos benefícios, objeto deste contrato, não puder ser efetuado em função do não cumprimento de uma das suas obrigações;
- i) comunicar à CONTRATADA, no 1º dia útil posterior à publicação, a edição de atos normativos referentes ao complemento no âmbito do DF SEM MISÉRIA e do Programa Bolsa Alfa;

- j) cumprir o estabelecido no Anexo I - GERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS / Hiato da Pobreza com benefício variável por família, responsabilizando-se pela exatidão de todas as informações repassadas à CONTRATADA.
- k) cumprir o estabelecido no Anexo V - GERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS/Programa Bolsa Alfa, responsabilizando-se pela exatidão de todas as informações repassadas à CONTRATADA.

II - DA CONTRATADA

- a) gerar e entregar ao beneficiário cartão magnético pactuado, conforme condições a serem acordadas com o MDS e a CONTRATANTE;
- b) fornecer mensalmente ao CONTRATANTE a base de dados do CadÚnico referente às famílias que habitam seu território, mediante autorização formal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- c) receber no prazo estipulado no Calendário Operacional, arquivos fornecidos pelo CONTRATANTE contendo a relação de novos beneficiários do complemento DF SEM MISÉRIA e dos beneficiários do Programa Bolsa Alfa, que receberão complemento financeiro ao Programa Bolsa Família Federal, bem como manutenções necessárias aos benefícios pactuados já concedidos, de acordo com o previsto nos Anexos I e V;
- d) gerar e encaminhar ao CONTRATANTE, no prazo estipulado no Calendário Operacional, arquivos retorno nos leiautes padrão definidos pela CONTRATADA, contendo as eventuais rejeições ocorridas nos arquivos de inclusão e manutenção com a relação de beneficiário, identificação e descrição de motivos;
- e) processar a folha de pagamento mensal, disponibilizando os valores dos créditos dos benefícios do complemento no âmbito do DF SEM MISÉRIA ou do Programa Bolsa Alfa, por meio das suas agências, terminais de auto-atendimento, revendedores lotéricos ou estabelecimentos comerciais credenciados, a partir da data definida no Calendário de Pagamento e considerando o prazo de validade de cada parcela;
- f) restituir ao CONTRATANTE os valores postos à disposição do beneficiário e não sacados no prazo de validade das parcelas;
- g) repassar ao CONTRATANTE, no dia 05 (cinco) de cada mês, ou próximo dia útil subsequente quando este for sábado, domingo ou feriado, a remuneração sobre o saldo diário dos valores disponíveis na conta suprimimento específica para pagamento do benefício do complemento no âmbito do DF SEM MISÉRIA e do Programa Bolsa Alfa, corrigidos com base na taxa extramercado do Banco Central, da data do crédito do recurso na conta suprimimento até a data da efetiva restituição dos recursos ao CONTRATANTE;
- h) encaminhar ao CONTRATANTE relatórios com o leiaute conforme exemplo contido nos Anexos III e IV, visando o acompanhamento e controle das ações previstas neste Contrato;
- i) permitir a técnicos, formalmente indicados, acesso à documentação pertinente ao objeto deste Contrato e proporcionar ao CONTRATANTE condições para o adequado acompanhamento e fiscalização dos serviços, conforme previsto no Art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- j) designar, formalmente prepostos, aceitos pela Administração, para representá-lo na execução do contrato, nos termos do Art. 68 da Lei nº 8.666/93;
- k) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente na execução deste contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- l) cumprir o estabelecido no Anexo I - GERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS / Hiato da Pobreza com benefício variável por família;
- m) cumprir o estabelecido no Anexo V - GERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS / Programa Bolsa Alfa.
- n) proceder ao bloqueio, suspensão ou cancelamento do complemento DF sem Miséria, em conformidade com a situação da família no PBF, mediante solicitação formal do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA solicitará, por meio de ofício, os recursos necessários ao pagamento dos benefícios da folha de pagamento com a antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis do calendário de pagamento do mês.

Parágrafo Segundo - A CONTRATANTE efetuará, mensalmente, o repasse dos recursos financeiros à CONTRATADA, com a antecedência mínima de 2 (dois) úteis da data de início do Calendário de Pagamento dos Programas Sociais do Governo Federal.

Parágrafo Terceiro - Os recursos serão creditados pela CONTRATADA, em conta contábil específica para o Programa/Exercício, denominada genericamente CONTA SUPRIMENTO, com movimentação e reserva pela CONTRATADA, cujos respectivos saldos sofrerão remuneração financeira diária pela variação da taxa extramercado do Banco Central, sendo uma conta para cada programa e exercício financeiro.

Parágrafo Quarto - Os repasses de que trata o parágrafo anterior serão efetuados por meio do Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB e serão identificados por um CIT específico para cada modalidade de repasse, ou, contingencialmente, por lançamento a débito em conta corrente.

Parágrafo Quinto - Caso o repasse de recursos não ocorra nos prazos estabelecidos, a CONTRATADA manterá a folha de pagamentos bloqueada até que ocorra o repasse integral dos recursos para pagamento.

Parágrafo Sexto - Caso a CONTRATANTE deixe de efetuar o repasse de recursos para pagamento por um mês, a CONTRATADA poderá suspender a geração das próximas folhas, até a normalização dos repasses.

Parágrafo Sétimo - Os valores correspondentes aos pagamentos de benefícios efetuados serão debitados, quando da sua realização, nas contas suprimidas abertas pela CONTRATADA em nome do complemento DF SEM MISÉRIA e do PROGRAMA BOLSA ALFA.

Parágrafo Oitavo - Os recursos postos à disposição dos beneficiários e não sacados no prazo de validade das parcelas, serão restituídos à CONTRATANTE, até o último dia útil do mês subsequente ao vencimento da parcela.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO DOS SERVIÇOS

Parágrafo Primeiro - Pela prestação dos serviços objeto deste documento, a CONTRATADA fará jus ao recebimento dos valores unitários listados abaixo:

- I - Por família beneficiária do DF Sem Miséria na Folha de Pagamento: R\$ 0,83 (oitenta e três centavos);
- II - Por família beneficiária do Programa Bolsa Alfa na Folha de Pagamento: R\$ 0,83 (oitenta e três centavos);
- III - Pagamento desassociado com utilização do cartão social: R\$ 2,00 (dois reais), por benefício pago;
- IV - Pagamento sem a utilização do cartão (Guia Individual de Pagamento): R\$ 8,07 (oito reais e sete centavos), por benefício pago.

Parágrafo Segundo - As tarifas acima englobam os serviços detalhados no Anexo II – Serviços Prestados.

Parágrafo Terceiro - Os gastos efetuados pela CONTRATADA para confecção e distribuição dos cartões pactuados serão pagos pelo MDS.

Parágrafo Quarto - Para efeito de cálculo de valores devidos será totalizado mensalmente os resultados da multiplicação da quantidade de operações realizadas pelos seus respectivos valores unitários.

Parágrafo Quinto - A majoração dos custos da prestação de serviços bancários, com base em negociações entre as partes, se dará após o interstício de um ano de vigência do presente ajuste, sujeito à apresentação de planilhas de custos pela CONTRATADA, ou por solicitação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em conformidade com o disposto na alínea "d" do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATADA solicitará, juntamente com os recursos necessários ao pagamento dos benefícios da folha de pagamento, os valores devidos a título de tarifas referentes aos serviços previstos nos incisos I e II do Parágrafo Primeiro da Cláusula SEXTA com antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis do calendário de pagamento do mês.

Parágrafo Primeiro - O demonstrativo de folha de pagamento anexo ao ofício deverá ser devidamente atestado e homologado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - O pagamento da tarifa será efetuado pelo CONTRATANTE juntamente com o crédito dos recursos para pagamento dos benefícios em até 2 (dois) dias úteis antes do início do calendário de pagamentos.

Parágrafo Terceiro - No caso de incidência das tarifas previstas nos incisos III e IV do Parágrafo Primeiro da Cláusula SEXTA, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE até o dia 15 (quinze) de cada mês, ou primeiro dia útil subsequente, quando dia 15 for um sábado, domingo ou feriado, ofício à título de faturamento com a descrição dos serviços executados no mês anterior, discriminando os respectivos preços unitários, a quantidade realizada, os totais parciais e o total geral.

Parágrafo Quarto - O recebimento do ofício de cobrança mencionado no parágrafo anterior será caracterizado pela aposição de assinatura e data de recebimento pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto - Recebido ofício de cobrança previsto no parágrafo terceiro, o CONTRATANTE efetuará o respectivo pagamento até o 10º (décimo) dia útil após o recebimento da fatura.

Parágrafo Sexto - No caso de apuração pelo CONTRATANTE de qualquer desconformidade entre as informações prestadas pelo ofício de cobrança apresentado pela CONTRATADA, conforme parágrafo terceiro, e os serviços efetivamente verificados pelo CONTRATANTE como realizados, o CONTRATANTE poderá glosar os valores que entender desconformes, efetuando apenas o pagamento da parte incontroversa.

Parágrafo Sétimo - Realizado o pagamento integral ou parcial, o CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do referido pagamento, Ofício de Informação de Pagamento Efetuado com a descrição dos itens pagos, glosados e valores retidos e, no caso de eventuais glosas, anexando nota técnica

contendo relação analítica de NIS - Número de Identificação Social e indicando os motivos que as justificam, bem como os comprovantes de recolhimento de tributos.

Parágrafo Oitavo - O não encaminhamento das informações analíticas relacionadas às glosas ensejará a incidência de atualização financeira desde o recebimento do faturamento até a data do pagamento, caso venha a ser revertida posteriormente.

Parágrafo Nono - No caso de pagamento parcial de fatura, com glosas de valores, conforme Ofício de Informação de Pagamento Efetuado, a CONTRATADA poderá encaminhar ao CONTRATANTE manifestação, por meio de ofício, contestando as glosas efetuadas.

Parágrafo Décimo - Recebida a manifestação da CONTRATADA, referente às glosas efetuadas em fatura mensal, o CONTRATANTE terá o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento do ofício para:

- a. Caso entenda a manifestação da CONTRATADA satisfatória, efetuar o respectivo pagamento, nos termos deste documento e do Contrato, e encaminhar Ofício de Informação de Pagamento Efetuado; ou
- b. Caso entenda a manifestação da CONTRATADA insatisfatória, encaminhar Ofício de Ratificação de Glosa.

Parágrafo Décimo Primeiro - A fim de resguardar a garantia de prévia defesa da CONTRATADA, os valores correspondentes a multas ou a indenizações não poderão ser deduzidos de qualquer montante ainda a pagar à CONTRATADA sem a finalização do regular processo administrativo correspondente, conforme estabelecido pela Lei 9.784/99.

Parágrafo Décimo Segundo - O repasse dos valores de tarifas será realizado por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, a ser creditado em conta de movimentação e reserva, devidamente identificado por meio do Código Identificador de Transferência - CIT, específico para o Programa e para o tipo de repasse ou, contingencialmente, por meio de lançamento a débito de conta corrente de depósitos de entidades públicas - conta operação 006, aberta pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Terceiro - Os pagamentos dos valores previstos nesta cláusula, após o prazo estabelecido, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, sujeitará o CONTRATANTE ao pagamento de atualização financeira desde a data limite estabelecida no Contrato para pagamento até a data do efetivo pagamento, calculada de acordo com a variação "*pro-rata tempore*" da taxa extramercado do Banco Central do Brasil - DEDIP.

CLÁUSULA OITAVA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Anualmente, a CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término do prazo de validade dos benefícios relativos ao último mês de cada exercício financeiro, o Relatório Anual de Execução - RAE, contendo a consolidação dos Relatórios Gerenciais Mensais do complemento no âmbito do DF SEM MISÉRIA e do Programa BOLSA ALFA.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total deste Contrato, para o período de agosto a dezembro de 2015, está estimado em R\$ 375.000,00 (Trezentos e setenta e cinco mil reais). Após atualização de valores conforme quantitativo de beneficiários e tarifas pagas na execução deste.

Parágrafo Primeiro- Para o período de agosto a dezembro de 2015 serão emitidas Notas de Empenho para pagamento de benefícios e para pagamento dos serviços prestados à conta dos recursos consignados no Orçamento 17101, no Programa de Trabalho 08.244.6228.4162.0001 – Complementação do Benefício do Programa Bolsa Família – DF Sem Miséria, Elemento de Despesa 3390-39 – Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica, Fonte de Recursos 100 – Ordinário Não Vinculado.

Parágrafo Segundo – Para os demais exercícios serão emitidas Notas de Empenho à conta do Programa de Trabalho correspondente, da Fonte de Recurso respectiva a cada ano.

CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES E INDENIZAÇÕES

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, inclusive as relativas à qualidade do serviço contratado, por razões comprovadamente imputáveis à CONTRATADA, a sujeitará, a juízo do CONTRATANTE, às sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851/2006, com redação dada pelo Decreto Distrital nº 35.831/2014, bem como as previstas no Capítulo IV da Lei 8.666/93, ficando desde já ressalvadas as circunstâncias advindas de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Primeiro - À CONTRATADA, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou pela infringência de preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) **Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento)** por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

c) **Multa de 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento)** por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

d) **Multa de até 20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

d.1) A multa de que trata o subitem anterior incidirá, ainda, nos casos em que o adjudicatário, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE, solicitar o cancelamento antes ou depois de decorridos 30 (trinta) dias de atraso;

e) **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;

f) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração, quando a empresa, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé; a juízo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal. A declaração de inidoneidade terá efeito enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo Segundo - As multas aplicadas deverão ser recolhidas diretamente à conta-corrente da CONTRATANTE, no prazo de quinze dias corridos, contados da publicação do ato de punição. Não ocorrendo o pagamento, a CONTRATANTE promoverá, mediante prévio procedimento administrativo, desconto nos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou da garantia oferecida. Fica ressalvado o direito da CONTRATANTE de exigir o valor judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, caso venha a ser necessário.

Parágrafo Terceiro - Em qualquer caso, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

Parágrafo Quarto - As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **16/12/2015** ou de acordo com o prazo estabelecido na prorrogação do Acordo de Cooperação firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o DISTRITO FEDERAL, desde que limitado a sessenta meses, conforme disposto no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, em razão da falta de cumprimento ou cumprimento irregular de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem como em razão da ocorrência das demais hipóteses previstas no Art. 78, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - No interesse administrativo de uma das partes, o presente contrato poderá ser denunciado, devendo a parte denunciante notificar a parte denunciada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, mediante solicitação formal.

Parágrafo Segundo - No caso de rescisão do Acordo de Cooperação firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o DISTRITO FEDERAL o presente contrato perde a validade, porém, não isenta as partes das obrigações contraídas antes da sua rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO



Contrato Programa Bolsa Família Integrado a Programas de Transferência Direta de Renda de Estados e Distrito Federal

O presente Contrato será publicado em resumo no Diário Oficial da União nos termos do parágrafo único do Art. 61 da Lei nº. 8.666/93, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo ocorrer à conta do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado dentro de sua vigência, de comum acordo entre as partes, a qualquer tempo, mediante manifestação formal, sendo as alterações expressas através de Termo Aditivo devidamente justificado, sendo vedada alteração da natureza do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça do DISTRITO FEDERAL, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo, firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília/DF, 06 de agosto de 2015.
Local/Data

Assinatura, sob carimbo, do Estado
Marcos Ribeiro Coelho
Secretário de Estado
Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Humano e Social
Mat. 232067-3

Assinatura, sob carimbo, do Superintendente Regional
- CONTRATADA Econômica Federal

ELICIO LIMA
Superintendente Regional
Mat. 022.791-0
BR Brasília Norte/DF
ECONÔMICA FEDERAL

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Atendimento ao Cidadão: 0800 726 0207
SAC CONTRATADA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br